



Porto Alegre, 8 de março de 2022.

Orientação Técnica IGAM nº 4.410/2022.

I. O Poder Legislativo Municipal de Três Passos solicita orientação sobre a viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 22, de 2 de março de 2022, que autoriza o Poder Executivo a realizar a inclusão de elementos de despesas e alterações no orçamento vigente.

II. Após aprovada a Lei Orçamentária Anual, a “inclusão de elementos de despesa” só poderá ser feita através de **créditos adicionais**, de acordo com o art. 40 da Lei nº 4.320, de 1964¹:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. **(grifamos)**

Portanto, a inclusão pretendida pelo art. 1º do Projeto de Lei está em inconformidade com a legislação, devendo seguir o estabelecido nos arts. 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320, de 1964:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
(...)

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(grifamos)**

Em relação ao art. 2º do Projeto em tela, que altera os arts. 7º e 8º da Lei Municipal nº 5.691/2021 - LOA², está dando uma margem maior para abertura de créditos adicionais suplementares por Decreto ao Executivo, ou seja, com a alteração pretendida os recursos do superávit financeiro e do excesso de arrecadação poderão ser remanejados integralmente, não mais se encontrando dentro do limite de 20% da despesa total fixada.

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

² <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/tres-passos/lei-ordinaria/2021/570/5691/lei-ordinaria-n-5691-2021-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-de-tres-passos-para-o-exercicio-financeiro-de-2022?r=p>



III. Nesses termos, *opina-se que seja diligenciado ao Executivo*, pois a inclusão pretendida do art. 1º do PL só poderá ser feita através de crédito adicional especial.

O IGAM permanece à disposição.

Tânia Cristine Henn Greiner
Contadora, CRC/RS 53.465
Consultora do IGAM